

Câmara confirma revés do Fundo Constitucional

Deputados rejeitam destaque contra a mudança no cálculo dos repasses, incluída no marco fiscal. Texto segue para o Senado

» TAÍSA MEDEIROS

A Câmara dos Deputados confirmou, ontem, a mudança na atualização do Fundo Constitucional do Distrito Federal, previsto no arcabouço fiscal, aprovado pela Casa na terça-feira. O destaque apresentado por parlamentares da bancada brasiliense, contra o teto de variação do fundo, foi rejeitado por 316 votos a 160.

Com a mudança no cálculo dos repasses, haverá um rombo potencial de R\$ 87 bilhões, em 10 anos, no orçamento da capital do país. A verba do Fundo é destinada ao custeio e à manutenção da segurança pública e ao auxílio nas despesas de saúde e educação da cidade.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) tem expectativa de reverter a questão no Senado. "O Fundo Constitucional não estava no arcabouço. O relator colocou matéria como essa, que pode mudar a vida da capital, sem discutir nada, na calada da noite, e não tem nem as informações, é muito ruim. Acho que, no Senado, a gente consegue reverter", avaliou.

O parlamentar afirmou que a oposição quer que a medida passe pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). "Não tem lógica uma matéria dessa não passar pela comissão", disse.

Quanto aos impactos, os dados divergem, conforme destacou Izalci. "A CMO (Comissão Mista de Orçamento) forneceu dados apontando que o DF não perderia muito, enquanto a Fazenda (local) mostrou dados que o DF poderia perder muito. Por isso, necessita de discussão", argumentou.

Por sua vez, a senadora Leila Barros (PDT-DF) reconheceu que, neste primeiro momento, a negociação poderia ter sido mais precisa. "Acho que o que

Plenário da Câmara dos Deputados



Plenário da Câmara: deputados encerraram, ontem, a votação do novo arcabouço fiscal rejeitando todos os destaques apresentados

faltou também na nossa articulação foi a precisão dos números, que foram confrontados com números do relator. Vamos ter tempo, de fato, para estudarmos o impacto real no Fundo Constitucional", ressaltou. Ela acredita que, pela escassez de tempo, o projeto não deverá passar por comissões.

No plenário, a deputada Bia Kicis (PL-DF) fez um apelo para que os deputados ajudassem a bancada a barrar a medida. "Essa foi uma alteração incluída pelo relator que vai prejudicar

imensamente a segurança pública do DF, em primeiro lugar. E, aqui, os nossos homens e mulheres das forças saíram prejudicados", frisou. "Brasília não poderá mais fazer concurso. Hoje, já temos um contingente menor do que a metade do necessário para que a gente mantenha as forças", alertou.

A lei que criou o repasse, em vigor desde dezembro de 2002, estabelecia uma correção vinculada à variação da receita corrente líquida da União no período de um ano. Agora, a partir de 2025,

ficará atrelada ao teto de despesas primárias, no limite de 2,5% por ano, acrescido do IPCA.

Diversas figuras do DF estiveram reunidas ao longo da semana para tentar convencer o relator da proposta, Cláudio Casado (PP-BR), a retirar o trecho do projeto.

Inverídicas

Questionado, o relator disse que são inverídicas as informações de que a alteração no Fundo vai impactar as áreas de

segurança, saúde e educação do DF (leia entrevista abaixo)

Além do destaque da bancada do DF, outros três apresentados pelo PL — partido de oposição ao governo Lula — foram rejeitados.

O texto segue, agora, para o Senado, onde será relatado por Omar Aziz (PSD-AM). A tendência é de que a matéria seja aprovada por ampla margem, como ocorreu na Câmara, onde recebeu 372 votos favoráveis contra 108.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BR),



O relator colocou matéria como essa, que pode mudar a vida da capital, sem discutir nada, na calada da noite, e não tem nem as informações, é muito ruim. Acho que, no Senado, a gente consegue reverter"

Izalci Lucas, senador pelo PSDB-DF

manifestou interesse em votar a proposta o mais rápido possível, mas também não descartou que o texto passe pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), o prazo para votar o texto é até 15/6. Ontem, em coletiva na Residência Oficial do Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a matéria será votada até o fim do mês. (Colaboração Raphael Felice)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2